

Fórmulas imediatistas prejudicam a transição

21 MAI 1988

GERSON CAMATA

PA23

FOLHA DE SÃO PAULO

Os que acompanham o lento caminhar dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte sabem, perfeitamente, que uma das maiores dificuldades para termos eleições em novembro deste ano é, exatamente, a dificuldade que a classe política vem encontrando para sair dos impasses naturais de um processo de transição.



O interessante é que enquanto as reformas dependerem do executivo, elas vieram mais rapidamente.

Através de mensagens presidenciais, implantou-se a eleição direta para os prefeitos das capitais, convocou-se a Constituinte, marcou-se a data para a eleição presidencial, removeu-se a censura e, quando o Legislativo deve decidir por si só, por iniciativa própria, cria-se um clima de choque, de antagonismo e de perplexidade, e os prazos começam a se perder, e, quase sempre, as negociações exaustivas conduzem a caminhar brumosos e indefinidos.

O primeiro exemplo disto é a própria Constituinte.

Através de mensagem do Executivo, ela foi convocada em menos de um mês, e teve marcado o fim de seus trabalhos para 31 de dezembro do ano passado. Parecia tão fácil que se chegou a marcar a data de 7 de setembro do ano passado para a sua promulgação. Depois veio 21 de abril e, agora, não se sabe mais

quando. Um outro exemplo, e mais recente, é a legislação que vai presidir as eleições municipais deste ano. Ninguém é contra, poucos duvidam da propriedade destas eleições, os prefeitos já estão há seis anos no governo de suas comunidades e alguns, já cansados, pedem urgência na marcação da data da posse dos seus sucessores. Mas, mesmo assim, a legislação destinada a essas eleições derrapa no Congresso Nacional. Aprovada esta semana na Câmara dos Deputados, foi agora para o Senado, e cerca de 40 emendas já a aguardam. Só que a burra obstrução feita aos empréstimos de Estados e municípios poderá provocar, como reação, um processo de retardamento da votação da lei eleitoral. Ora, se existem tantas dificuldades para se viabilizar legalmente uma eleição já fixada no calendário, que ninguém contesta, como se encontrar tempo para viabilizar eleições presidenciais ainda este ano?

As lideranças políticas mais sérias e comprometidas com o processo de transição têm, neste momento, a responsabilidade de assumir o ônus de mostrar à população que nem sempre o caminho é o melhor caminho para se resolver todos os problemas do país. Os pregadores dessas fórmulas imediatistas, e a curto prazo eleitoralmente vantajosas, já começam a esgotar o manancial de cartas na manga. O tempo que sobrará aos políticos brasileiros,

logo que se encerrarem os prazos dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, deverá ser gasto na elaboração da legislação complementar, sem o que a Constituição, na prática, não entrará em vigor. Além disto, as Assembleias Legislativas estaduais deverão ter um prazo até o final do ano para adaptarem as constituições estaduais à nova Constituição Federal, e os municípios, de acordo com o que dispõe até agora a nova Carta, estarão elaborando suas leis orgânicas. Ai, teremos o país pronto para o fecho do processo de transição com a eleição direta, depois de tanto tempo, do seu presidente.

Aqueles que, hoje, pregam a eleição presidencial como fim de todos os males, como a varinha mágica que vai fazer do Brasil o país das maravilhas, na verdade, no fundo de suas intenções, nunca quiseram eleições presidenciais este ano. Se fosse realmente esta a sua intenção, eles teriam corrido, apressado os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, ao invés de esticá-los, até hoje. Não nos esqueçamos que esta mesma gente queria, na verdade, era eleger o chefe do governo através de eleição indireta, pelo colégio eleitoral do PMDB, na figura do primeiro-ministro e dar ao povo a oportunidade para eleger o Chefe do Cerimonial da Nova República, ou seja, o presidente do regime parlamentarista que eles desejavam implantar.

Ai, certamente, haveria tempo

para se eleger o presidente da República. Um presidente que não manda, que não decide, pode até não ser eleito, que dá certo.

Os sensatos sabem, também, que o atual estagio nas negociações da dívida externa, não aconselham o pleito para este ano. Por outro lado, se tornariam inócuas as medidas de estabilização da economia que o governo está pondo em prática —após o devastador tufão dos ministros da Fazenda do PMDB que destruíram a economia do país— caso tivéssemos uma eleição ainda este ano. Essas eleições provocariam uma total desestabilização da economia, que, juntamente com algumas medidas impostas pela nova Constituição, levariam o próximo presidente eleito à total desestabilização do seu futuro governo, com sérias ameaças à ordem institucional. Vamos acompanhar o processo que vai anteceder as eleições municipais. Ele mesmo vai mostrar como seriam inviáveis as eleições presidenciais este ano. Os candidatos em potencial já perceberam isto: arrefeceram suas campanhas quase em ordem unida, perceberam o fossato no qual estavam entrando e estão tomando fôlego para as eleições de 88. Perceberam que neste rio há piranhas e saíram nadando de costas.

GERSON CAMATA, 46, é senador da República (PMDB-ES), foi governador do Estado do Espírito Santo e deputado federal.